

Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 252011  
Código de validação: 040441B265

**Dispõe sobre a instalação da Comarca de São Pedro de Água Branca/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.**

**O DESEMBARGADOR ANTONIO GUERREIRO JUNIOR, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão,** no exercício das atribuições legais, conferidas pelo artigo 32, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Maranhão, e artigo 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer a efetiva atuação jurisdicional do juiz, de forma a dirimir litígios especificamente individualizados;

**CONSIDERANDO** o que estabelece o artigo 5º da Lei Complementar nº. 87, de 19 de julho de 2005;

**CONSIDERANDO** o que estabelece o artigo 2º e o § 1º do artigo 4º da Lei Complementar 136/2011, de 14 de junho de 2011, que revogou o inciso IX do artigo 7º da Lei Complementar nº. 87, de 19 de julho de 2005;

**CONSIDERANDO** a autorização para a instalação da Comarca de São Pedro de Água Branca pelo Tribunal Pleno na sessão administrativa do dia 24/01/2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Os Juízes da Comarca de Imperatriz/MA procederão ao encaminhamento, no prazo de 20 (vinte) dias, dos processos provenientes do município de São Pedro de Água Branca ao Juízo da Comarca deste município, ora instalada, com a consequente baixa na distribuição.

Parágrafo único. Os objetos apreendidos vinculados aos processos

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

que serão remetidos, deverão, necessariamente, acompanhá-los.

Art. 2º - Com o recebimento dos autos, o Secretario da Comarca instalada procederá à autuação, observada a classe processual e as intimações dos advogados, defensores públicos e representante do Ministério Público, devendo observar quanto a numeração dos processos os termos do § 2º, do artigo 5º da Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º - Durante os trabalhos de registro, em ordem sequencial, será feita conferência e contagem física dos processos, devendo o Secretario da Vara elaborar relatório que será encaminhado pelo juiz ao Corregedor-Geral da Justiça.

Parágrafo único. O relatório conterá os nomes das partes, dos advogados, números dos processos, datas do ajuizamento das ações e fase em que se encontram, devendo, ainda, ser discriminado e separado os feitos cíveis e criminais.

Art. 4º - Enquanto não sejam providos os cargos de Juiz, nem nomeado o Secretario Judicial, por ela responderão, respectivamente, o Juiz Joaquim da Silva Filho, Titular da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, e seu Secretario Judicial.

Art. 5º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO  
DO MARANHÃO, em São Luís, 10 de outubro de 2011.

**ANTONIO PACHECO GUERREIRO JÚNIOR  
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA  
Matrícula 2139**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 10/10/2011 12:20 (ANTONIO PACHECO

Assinado em 10/10/2011 12:20, por ANTONIO PACHECO GUERREIRO JÚNIOR.

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

GUERREIRO JÚNIOR)